

O processo de monopolização do território pelo capital financeiro nos assentamentos rurais da reforma agrária em Sapé - PB

Rômulo Luiz Silva Panta

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.
e-mail: romulospanta@yahoo.com.br

Ivan Targino Moreira

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.
e-mail: ivantargino@yahoo.com.br

Resumo

Na atualidade, os Assentamentos Rurais, constituem-se como experiências de luta e resistência contra o medo e contra a forma de tratar a terra como mercadoria. Entretanto, quando se investiga o processo contraditório que envolve suas reais condições de infraestrutura, de manutenção, de desenvolvimento e de reprodução, percebe-se a essência do problema da subordinação produtiva e territorial ao capital. A pesquisa objetivou analisar o processo de monopolização do território pelo capital na agricultura camponesa nos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária na cidade de Sapé, interior do estado Paraíba, a partir do PRONAF, levando em consideração a ação territorial do capital financeiro. No tocante à metodologia, a proposta será orientada pelo materialismo histórico e dialético como método de interpretação da realidade que leve em consideração a interação entre os sujeitos e os objetos da análise. O recorte escalar compreendeu três assentamentos rurais da Reforma Agrária em Sapé-PB: Santa Helena, Rainha dos Anjos e Boa Vista. Nestes foi analisada a amostra de 30% do público assentado que corresponde a 68 (sessenta e oito) famílias, do total de 226 (duzentos e vinte e seis) assentadas nos três assentamentos supracitados. Nesta pesquisa verificamos que a autonomia produtiva é sensivelmente comprometida face ao direcionamento e à formatação na aplicação do crédito. Assim, apesar das limitações e das contradições verificadas, não podemos negar o sinal concreto que representam os Assentamentos onde é possível pensar a organização social e econômica para além dos ditames da organização capitalista.

Palavras Chaves: Território; assentamento; capital; financeiro

The process of monopolization of the territory by finance capital in rural agrarian reform settlements in Sapé - PB

Abstract

At present, Rural Settlements constitute as experiences of struggle and resistance against fear and against the way of treating the land as a commodity. However, when one investigates the contradictory process that involves its real conditions of infrastructure, maintenance, development and reproduction, one can perceive the essence of the problem of productive and territorial subordination to capital. The objective of this research was to analyze the process of monopolization of the territory by the peasantry in the Rural Settlements of Agrarian Reform in the city of Sapé, in the state of Paraíba, starting from PRONAF, taking into account the territorial action of financial capital. Regarding methodology, the proposal will be guided by historical and dialectical materialism as a method of interpretation of reality that takes into account the interaction between the subjects and the objects of analysis. The scalar clipping

comprised three rural settlements of the Agrarian Reform in Sapé-PB: Santa Helena, Rainha dos Anjos and Boa Vista. In these, the sample of 30% of the settled public that corresponds to 68 (sixty-eight) families, of the total of 226 (two hundred and twenty and six) settled in the three settlements mentioned above, was analyzed. In this research we verified that productive autonomy is significantly compromised in relation to the targeting and formatting in the application of credit. Thus, despite limitations and contradictions, we can not deny the concrete sign that represents the Settlements where it is possible to think social and economic organization beyond the dictates of capitalist organization.

Keywords: Territory; settlement; capital; finance.

El proceso de monopolización del territorio por el capital financiero en los asentamientos de reforma agraria rurales en Sapé - PB

Resumen

En la actualidad, los Asentamientos Rurales, se constituyen como experiencias de lucha y resistencia contra el miedo y contra la forma de tratar la tierra como mercancía. Sin embargo, cuando se investiga el proceso contradictorio que implica sus reales condiciones de infraestructura, de mantenimiento, de desarrollo y de reproducción, se percibe la esencia del problema de la subordinación productiva y territorial al capital. La investigación objetivó analizar el proceso de monopolización del territorio por el capital en la agricultura campesina en los Asentamientos Rurales de la Reforma Agraria en la ciudad de Sapé, interior del estado Paraíba, a partir del PRONAF, teniendo en cuenta la acción territorial del capital financiero. En cuanto a la metodología, la propuesta será orientará por el materialismo histórico y dialéctico como método de interpretación de la realidad que tenga en cuenta la interacción entre los sujetos y los objetos del análisis. El recorte escalar comprendió tres asentamientos rurales de la Reforma Agraria en Sapé-PB: Santa Helena, Rainha dos Anjos y Boa Vista. En estos se analizó la muestra del 30% del público asentado que corresponde a 68 (sesenta y ocho) familias, del total de 226 (doscientos veintiséis) asentadas en los tres asentamientos citados. En esta investigación verificamos que la autonomía productiva es sensiblemente comprometida frente al direccionamiento y al formato en la aplicación del crédito. Así, a pesar de las limitaciones y de las contradicciones verificadas, no podemos negar la señal concreta que representan los asentamientos donde es posible pensar la organización social y económica más allá de los dictados de la organización capitalista.

Palabras clave: Territorio; asentamiento; capital; financiero

Introdução

Na contemporaneidade, os Assentamentos Rurais que se constituem como experiências de luta e de resistência e, ainda, têm posicionamento contra a subordinação ao capital, a qual trata a terra como mercadoria. Estas experiências são espaços geradores de identidade, de conteúdo estrutural e de material, bem como imaterial e simbólico, que produzem alimentos, esperanças e vidas.

Ao investigamos internamente suas estruturas, econômica e social, podemos perceber o processo contraditório que envolve as reais condições de manutenção, desenvolvimento e reprodução do campesinato assentado frente ao processo de desenvolvimento do capitalismo no campo.

Assim, o desenvolvimento do capitalismo no campo é capitaneado pela subordinação do território e da força de trabalho, às mais diversas feições do capital, sejam comercial, industrial e financeiro e que extraem a renda da terra e assim limitam os Assentamentos enquanto unidades de manutenção e reprodução social do campesinato.

A partir dessa compreensão, detivemo-nos a analisar as contradições supracitadas no decurso de uma pesquisa de campo devidamente planejada, acerca do objetivo principal de analisar o processo de monopolização do território pelo capital na agricultura camponesa, a partir da ação territorial do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em Assentamentos Rurais da Reforma Agrária localizados no interior da cidade de Sapé, Paraíba. Tal objetivo foi planejado visando a importância que tem o PRONAF na agenda pública, uma vez que, como um programa que se direciona a garantir a geração de emprego e renda e a permanência do homem do campo na terra, ele tem sua reprodução material como sujeito social.

A pesquisa aqui mencionada foi realizada durante os anos de 2014 e 2015, para construção da Dissertação do Mestrado em Geografia na Universidade Federal da Paraíba, sob a linha de pesquisa Território, Trabalho e Ambiente.

Os objetos de pesquisa compreendem três Assentamentos, todos localizados em Sapé, e são: Santa Helena, Rainha dos Anjos e Boa Vista. Foi selecionada a amostra de 30% (trinta por cento) do público assentado que corresponde a 68 (sessenta e oito famílias), do total de 226 (duzentos e vinte e seis) famílias assentadas: 49 (quarenta e nove) famílias Assentamento Rainha dos Anjos, 171 (cento e setenta e uma) famílias no Assentamento Boa Vista e 97 (noventa e sete) famílias no Assentamento Santa Helena.

Sobre a perspectiva metodológica optamos pelo método materialista histórico-dialético, tendo em vista a capacidade de interpretação da realidade que ele nos propicia, o que representa a lente de percepção e investigação adotada pelo pesquisador para ler e compreender seu objeto em análise. Nossa escolha por esse método fundamenta-se a partir dos princípios da Geografia de posição crítica, os quais o materialismo corresponde a concepções filosóficas capazes de compreender a realidade e suas contradições.

Como procedimento metodológico, utilizamos a pesquisa de campo, que se constitui como fruto da relação dialética entre o sujeito e o objeto. Assim, o campo é pensado como ação de explicação das transformações ocorridas nos espaços e nos territórios que ultrapassam os limites da descrição, da classificação e da enumeração dos fenômenos.

Nesse sentido, o trabalho trouxe algumas considerações sobre o processo de monopolização do território agrícola a partir do capital buscando compreender as transformações territoriais a partir da ação do PRONAF na agricultura camponesa de base familiar realizada nos Assentamentos investigados.

O artigo está dividido em 03 (três) partes: a) parte introdutória que se refere à apresentação do problema e da perspectiva metodológica, bem como os elementos conceituais e teóricos que embasam a pesquisa e a interpretação que resultou no artigo; b) a segunda parte compreende aos processos de reconstituição histórica e aos processos de produção do espaço e da formação territorial dos Assentamentos objeto da pesquisa, em continuidade, nos detivemos a compreender o processo contido na materialidade pesquisa e analisarmos sobre o aspecto científico amparados na dialética e tentativa de decifrar a realidade; c) referente às notas de consideração sobre a problemática analisada.

Referencial teórico

Na ciência geográfica, o estudo da agricultura leva necessariamente ao processo de transformação do campo em benefício ao desenvolvimento do capitalismo. Processo melhor compreendido a partir das transformações no espaço e no território, uma vez que se constituem como categorias de análises geográficas capazes de ler e de compreender os problemas inerentes às transformações derivadas do desenvolvimento do capitalismo.

Assim, revisitamos os conceitos de espaço e território, haja vista a necessidade de consolidar o referencial teórico necessário para compreensão do objeto dessa pesquisa, que se refere ao processo de monopolização do território pelo capital financeiro nos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária em Sapé, PB.

No tocante à “categoria espaço”, estabelecemos as definições elaboradas por Ruy Moreira (2014) e Lefebvre (1991). Os dois autores compreendem a categoria espaço como uma estrutura produzida a partir das relações de produção, ou seja, ressaltam espaço como um produto do trabalho, constituindo assim, um elemento basilar para o estudo da Geografia.

Em Ruy Moreira (2014, p. 7), o espaço é compreendido a partir das “relações de troca metabólicas que o homem e a natureza estabelecem entre si no curso da história”. É um campo de saber que “está assim numa relação orgânica constante com o processo de trabalho, enquanto essência dessa relação de troca”.

Lefebvre (1991, p.102) reconhece o espaço como uma “instância social, resultado da materialização da existência humana que dimensiona a realidade”. A partir de Lefebvre, podemos apreender o espaço geográfico como um espaço social, posto que é “produto do trabalho e da divisão do trabalho, a esse título, ele é o lugar geral dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que o ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto, funcional” (LEFEBVRE, 2008).

Sobre a concepção de “território”, amparamo-nos em Raffestin (1993), Quani (1979), e Oliveira (1999). Os dois primeiros autores trabalham a categoria em análise a partir do processo contraditório, das relações de poder, do uso e da dominação de uma porção

apropriada do espaço geográfico. Nessa perspectiva, a categoria território possui funções políticas, econômicas e culturais; e carregam em si identidade e experiência.

Em Oliveira (1999), o território é compreendido como um processo dialético da totalidade no que se refere às transformações das relações de produção social. Ele defende que:

O território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo-modo de produção-distribuição-circulação-consumo e suas articulações e mediações (...). O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência (...). Dessa forma, são relações sociais de produção que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um prius ou um a priori, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente continua da natureza (OLIVEIRA, 1999, p.74).

Atramos tal acepção a reconhecer o território como produto dos conflitos estabelecidos pelas relações sociais contraditórias de controle mantidas na sociedade. Conflitos estes que se estabelecem em um substrato da terra e sobre uma porção da natureza e que produz assim outras relações sociais, a partir do trabalho, subordinadas aos interesses da fração dominante da sociedade, e chanceladas pelo Estado.

Assim, com base nas perspectivas mencionadas, o território se apresenta como um elemento chave para apreensão da totalidade dos estudos em geografia agrária, dado seu princípio elementar de que todas as relações humanas (construção- desconstrução seja nas instâncias políticas, ideológicas, sociais ou econômicas) que ocorrem sobre uma base territorial. Essas relações estão imbuídas de concepções e significados que carregam a multidimensionalidade do poder¹, que é a característica inerente da categoria território.

Como bem coloca Paulino (2007) a Geografia agrária brasileira necessita fundamentar-se no aspecto teórico-conceitual, que inclua a terra entre as análises das contradições do modo de produção capitalista. A autora comenta que no Brasil, é a partir de Ariovaldo Umbelino de Oliveira que essa compreensão se inicia, visto que, ele parte da própria estrutura capitalista para compreender os hiatos existentes no desenvolvimento do capitalismo.

Retomando a fundamentação posta por Oliveira (2000), há a facilidade de entendimento de que o autor buscou em Marx os fundamentos que anunciam a estrutura tripartite do modo de produção capitalista, o que significa incluir o território entre as estruturas basilares do capitalismo, tendo em vista que “a relação direta com o trabalhador, com vistas

¹ O poder é inerente às relações sociais, que se substantivam a partir desse elemento. O poder está presente nas relações humanas e das instituições, nas empresas, enfim nas relações sociais que se efetivam na vida cotidiana, visando o controle e à dominação. É uma abordagem também multidimensional das relações de poder que se traduz numa compreensão múltipla do território e da territorialidade. (SAQUET, 2007).

à extração da mais-valia, ou trabalho não pago”, que é apenas uma das fisionomias do processo de acumulação ampliada do capital, em face da existência da produção não tipicamente capitalista, como a camponesa. No processo produtivo, afirmamos que, para Oliveira (2000) “não é o trabalho, mas o produto que o contém, que irá compor a taxa de lucro dos capitalistas”.

Nessa perspectiva, Oliveira (ibidem) traz dois conceitos que julgamos essenciais para o entendimento das transformações ocorridas no campo brasileiro: a territorialização do capital e o monopólio do território pelo capital. O primeiro refere-se à ação territorial do capital na agricultura e o segundo, ao processo do monopólio do território pelo capital monopolista. “O capital monopoliza o território sem, entretanto, territorializar-se, criando e se recriando, definindo e se redefinindo nas relações de trabalho e produção camponesa”, sujeitando a renda da terra² e renda trabalho ao capital. (OLIVEIRA, 2000, p. 478-479).

Oliveira (2000) para fundamentar esta teoria baseia-se na acumulação primitiva continuada de Rosa Luxemburgo, entendendo que no processo produtivo, “os capitais estão envolvidos em dois processos distintos: na reprodução do capital, através do trabalho assalariado, e na produção do capital com a sujeição da renda da terra gerada através do trabalho familiar camponês” (CORREIA, 2011, p. 98).

Assim, ocasionamos trazer a teoria estabelecida por Luxemburgo, a qual a autora expõe como se realiza o processo da reprodução do capital na economia capitalista, que para completar seu ciclo e obter a mais-valia, necessita se correlacionar com as economias não capitalistas. Por esse entendimento, “a mais-valia não pode ser realizada nem por operários, nem por capitalistas, mas por camadas sociais que por si não produzem pelo modo capitalista” (LUXEMBURGO, 1985, p. 241).

Como consequência do movimento contraditório do modo de produção capitalista, apresentamos como ocorre sua reprodução. Ele não aniquila as formas e sociedades econômicas não capitalistas, ao contrário ele permite a recriação dessas economias. Sobre isso, Luxemburgo (1985) expõe:

(...) a acumulação de capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre modos de produção capitalistas e os não capitalistas. Sem estes modos, a acumulação de capital não pode efetuar-se. Sob este prisma, ela consiste na multiplicação e assimilação dos mesmos, e daí resulta que a acumulação do capital não pode existir sem as formações não-capitalistas, nem permite que estas sobrevivam a seu lado. Somente com a constante destruição progressiva dessas formações é que surgem as condições de existência da acumulação de capital(...). O processo de acumulação tende

² Este conceito se dá partir de Ricardo que define renda da terra como a parcela do produto total que fica para o proprietário da terra depois de pagas todas as despesas, referentes a seu cultivo, inclusive os lucros do capital empregado. A renda da terra é o excedente do preço sobre o que é necessário para pagar os salários do trabalho e os lucros do capital empregados no cultivo da terra.

sempre a substituir onde quer que seja, a economia natural pela economia mercantil simples, esta pela economia capitalista, levando a produção capitalista – como modo único e exclusivo de produção – domínio absoluto em todos os países e ramos produtivos. E é nesse ponto que começa o impasse. Alcançando o resultado final – que continua sendo uma simples construção teórica -, a acumulação torna-se impossível: a realização e capitalização da mais-valia transformam-se em tarefas insolúveis. No momento que o esquema marxista corresponde, na realidade, à reprodução ampliada, ele acusa o resultado, a barreira histórica do movimento de acumulação, ou seja, o fim da produção capitalista. A impossibilidade de haver acumulação significa, em termos capitalistas, a impossibilidade de um desenvolvimento posterior das forças produtivas e, com isso, a necessidade objetiva, histórica, do declínio do capitalismo (LUXEMBURGO, 1985, p. 285).

Com base nas compreensões dos autores sobreditos e observando a materialidade, podemos conceber que o processo de monopolização do território pelo capital nos Assentamentos pesquisados acerca das relações estabelecidas entre os camponeses e o capital em suas feições comercial, industrial e financeiro, subordinam a base territorial, aos interesses da reprodução capitalista, sem aniquilar o campesinato.

Logo, e não contraditoriamente, faz-se necessário colocar que, o território em evidência, referindo-se especificamente aos Assentamentos, é um território capitalista, isto é, onde permanecem as relações de dominação, subordinação e espoliação.

Nesse sentido, os Assentamentos em discussão se constituem como uma fração do território capitalista, apropriado e controlado pelos camponeses, porém, permanecem subordinados e dominados à lógica capitalista. Podemos citar como exemplo as relações de produção presenciadas durante pesquisa de campo.

Nas áreas pesquisadas, o processo de monopolização do território pelo capital decorre inicialmente a partir da subordinação da produção ao capital comercial através da figura do atravessador, e do lastro do capital industrial a partir da penetração do cultivo das monoculturas da cana de açúcar, e em menor proporção do abacaxi realizadas nas parcelas dos Assentamentos, a partir dos arrendamentos dos lotes.

Sabendo que o capital não se territorializa, contudo, apropria-se primeiramente da renda da terra gerada, e posteriormente da renda trabalho, o qual o trabalho não pago da unidade familiar é sorvido e subordinado às necessidades e aos interesses do capital. Assim, nesse contexto, o capital reproduz-se de forma ampliada.

Por esse prisma, procuramos compreender a problemática da ação monopolista do capital financeiro no território a partir da instituição e implementação dos financiamentos do PRONAF-A, que se apropriam da fragilidade estrutural dos Assentamentos, do ponto de vista da produção e das relações de trabalho, subordinando-os aos interesses e à lógica de dominação capitalista.

Nessa trama, a implementação do PRONAF subordina a produção dos assentados aos interesses de mercado. Isso acontece a partir do direcionamento dos financiamentos atrelados às cadeias produtivas, por representarem maior segurança de retorno ao capital financeiro. Esses inserem a produção ao circuito de acumulação do capital monopolista agrícola, a partir das exigências de cumprimentos de aquisição dos insumos das grandes empresas de capital mundializado e precarizam a pequena produção para subsistência que é voltada para alimentação da população em geral.

Assim, o capital financeiro, além de estabelecer um controle da produção dos assentamentos e se reproduzir a partir dela, exerce também um controle sobre o território, sobre o trabalho e sobre as rendas. O capital conquista a extração mais intensa e com mais valia, ampliando sua acumulação. Esse processo é gerido pelos agentes de Estado, que são os bancos oficiais, repassadores do crédito.

Nesse prisma, trazemos o referencial da monopolização do territorial pelo capital, por entendermos que este tronco teórico explica em boa parte a problemática analisada, que compreende o processo de monopolização e subordinação do território da agricultura camponesa ao capital financeiro, a partir da ação territorial do PRONAF, nos Assentamentos rurais da Reforma em Sapé, Paraíba, por entendermos que esse referencial e ou outros anteriormente supracitados, trazem uma musculatura teórica que possibilita a leitura da realidade e da problemática em evidência.

O processo de produção e organização do espaço e do território agrário paraibano e formação dos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária em Sapé (PB)

Como forma de organizarmos nosso pensamento quanto ao processo de produção e organização do espaço e do território agrário paraibano, estabelecemos os referencias propostos por Moreira e Targino (1997), contido no livro intitulado Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba (1997) de autoria dos professores, tendo em vista o grande suporte teórico e de levantamento de dados contidos na obra, bem como seu o pioneirismo, que foi a base de nossa análise.

Os autores organizam a produção do espaço agrário paraibano em seis importantes momentos: a) a criação dos Engenhos (do início da colonização ao final do século XIX); b) a efêmera experiência dos Engenhos Centrais (final do século XIX e início do século XX, cabe colocar que estas experiências não lograram êxito, só havendo um em toda Paraíba); c) o surgimento da Usina de Açúcar (início do século XX à década de setenta daquele século); d) a expansão e crise do Proálcool (1975 a 1999); e) a criação e instalação dos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária (a partir do final da década de 1999 e início da década de 2000),

que se compreende como o período de rebatimento da classe trabalhadora à subordinação da agricultura ao capital.

O território do município de Sapé, historicamente, esteve no bojo das ações de dominação do capital, pautado nas transformações de base técnica da produção, na espoliação do trabalho humano e no monopólio da terra. Sua exploração iniciou-se no período colonial, período caracterizado pela territorialização do capital com base na implantação do sistema açucareiro para a produção de açúcar destinado ao mercado externo.

Com base na acepção acima, não podemos deixar de trazer a discussão sobre a importância que teve no processo de luta pela terra as Ligas Camponesas, sendo aqui abordadas como As Ligas de Sapé, dada a sua grande relevância no processo de organização do espaço e da formação territorial do município. “A Liga de Sapé foi fundada em 1958, por João Pedro Teixeira, Pedro Fazendeiro e Nego Fuba, com o nome de Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé” (LEMOS, 1996, p. 31). As Ligas de Sapé foram as primeiras fundadas em todo o Estado da Paraíba.

A Liga de Sapé foi a que teve a maior expressividade no Estado da Paraíba. Elas representam um movimento socioespacial, primeiramente mediado pelo conflito capital: trabalho, com ressonância na luta por terra. “Contava com cerca de mais de 7.000 associados”, tendo como objetivo inicial; lutar contra o pagamento da renda-trabalho, subtraída através aumento do preço do foro e da quantidade abusiva dos dias de cambão pagos aos latifundiários (Ibdem, 1996, p.32).

Esse movimento se espacializou no território a partir de ações diretas, que aos poucos foram se tornando cada vez mais frequentes e envolvendo um maior o número de trabalhadores, que se organizavam em mutirões “para arrancar cercas, plantar onde os patrões tinham destruído lavouras, reparar casas, exigir indenização e o fim do cambão” (PEREIRA, 2005, p.70-71).

Entretanto, com o Golpe Militar³ instaurado no Brasil em 31 de março de 1964, houve cassação de direitos políticos, violação dos direitos fundamentais e coibiu violentamente todas as ações dos movimentos sociais existentes, já que os movimentos se colocavam como ameaças a grande exploração capitalista, o que colocaria em risco interesses da burguesia nacional e internacional. Dessa maneira, as alianças estabelecidas entre o governo de ideais progressistas e o capital internacional, foram os fatores condicionantes para a efetivação do golpe político de direita que tomou o poder e decretou o fim de todos os movimentos, inclusive as Ligas Camponesas.

³ As causas do golpe militar foram as mais diversas, entre elas podemos colocar: “as ações e manifestações sociais que estavam confrontando a estrutura da grande propriedade rural, no contexto nacional e internacional indicava de certa forma, uma possível expansão do socialismo na América Latina” (LEMOS, 1996, p.193).

Os movimentos sociais só tiveram espaço na conjuntura estadual e nacional após o fim do processo de ditadura militar, ocorrido a partir do processo de redemocratização do Brasil ocorrido na segunda metade da década de 1980, quando o embrião do processo de luta das Ligas resurgiu, agora nas feições ampliadas do MST (Movimentos dos trabalhadores Sem Terras) e da CPT (Comissão Pastoral da Terra), que materializaram e estenderam o processo luta contra o latifúndio, e sua estrutura alicerçada na concentração de terras e na exploração da natureza e do trabalho.

Nesse contexto, segundo Moreia e Targino (1997), a estrutura fundiária do poder do latifúndio Zona da Mata Paraibana, apresentava uma estrutura agrária baseada no latifúndio monopolista da cana-de-açúcar, que esteve sempre atrelado ao poder político local, ou mesmo o representava, por exemplo, a Usina Santa Helena, que era detentora de mais de 22.000 (vinte e dois mil) hectares de terras, localizados entre os municípios de Sapé e Espírito Santo, pertencia a Renato Ribeiro Coutinho, que também representava o poder político da várzea do Rio Paraíba (deputado estadual em 1946 e deputado federal em 1966) (MAIA, 1985).

Contudo, a crise do setor agrícola ocorrida na década de 1990, levou a intensificação do processo de expropriação dos trabalhadores rurais de suas terras decorrente do fechamento da Usina Santa Helena e do desemprego estrutural estabelecido no setor canavieiro paraibano motivaram as ações diretas dos movimentos sociais no campo, que aliados ao processo de redemocratização do país conseguiram avançar na luta por terra e por melhores condições de vida.

O processo de fechamento da Usina Santa Helena foi um reflexo da crise estabelecida no setor sucroalcooleiro na década de 1990, que foi acompanhada pelo fim do PROALCOOL, que resultou em um expressivo corte nos créditos e nos subsídios destinados a esse setor. Com o fechamento da usina, os camponeses ficaram sem trabalho e sem moradia. Desta maneira, uniram-se às outras vozes, a exemplo da ação da CPT, e STRS (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sapé) em um processo de engajamento pela conquista da terra que ora estava improdutiva (MOREIRA, TARGINO, 1997).

Esses movimentos socioterritoriais confrontaram-se com as estruturas de dominação do capital, que tinha na propriedade terra o instrumento de consolidação do poder. Nesse sentido, como forma de dirimir as tensões existentes no campo, o Estado a partir do atual modelo de Reforma Agrária, implantou os Assentamentos Rurais.

A implantação dos Assentamentos foi o elemento encontrado pelo Estado para atenuar os conflitos e de algum modo, modificar, mesmo que de forma modesta, a estrutura agrária na Paraíba. Contudo, devemos ter em mente que o modelo atual de Reforma Agrária é uma proposta do Estado para dar respostas aos conflitos “sem alterar a estrutura do poder

e concentração de terra e de renda. É uma política pontual e localizada, que não enfrenta a estrutura da desigualdade social existente no campo” (SILVA et al., 2013, p. 6).

Em Sapé, a intervenção do Estado na tentativa de atender os movimentos e atenuar a luta por terra a partir do fechamento da Usina Santa Helena resultou na criação dos três Assentamentos, que são objetos de pesquisa desse trabalho. Referimo-nos aos Assentamentos: Santa Helena, Rainha dos Anjos e João Pedro Teixeira, conhecido como Boa Vista.

Contudo, apesar de todas as contradições, não podemos deixar de colocar que os Assentamentos Rurais de Reforma Agrária em Sapé, representam a quebra da estrutura fundaria hegemônica estabelecida pelo latifúndio da cana de açúcar, dada a ampliação da fronteira agrícola de culturas para alimentação, mesmo de forma subordinada.

Percebemos que os Assentamentos se constituíram como território das possibilidades, onde a população através do confronto conquistou além do acesso a terra, diminuição da pobreza, melhores condições de habitação, de alimentação e espaços de vida. Entretanto, esse novo desenho fundiário não foi capaz de quebrar e reestruturar o monopólio da cana de açúcar, nem o uso do sob o controle capitalista, que ocorre a partir do processo de arrendamento, que por nós, é compreendido como o processo de monopolização do território pelo capital.

Convém, aqui, compreender melhor o dinamismo que subordina os camponeses assentados aos interesses e capitalistas, que se introjeta nessas frações do território a partir da sua lógica organizacional dos programas e políticas públicas, que garantem implicitamente a manutenção do modo de produção monopolista do capital, em suas diversas feições, sejam comercial, industrial ou financeira.

PRONAF como modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro

O PRONAF é um programa oriundo das políticas de desenvolvimento no campo brasileiro, que objetiva “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e a melhoria de renda” (PRONAF, 1996, p.01). Sua regulamentação se deu a partir do decreto nº 1946/96 de 28 de junho de 1996, durante o primeiro mandato do Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), que redimensionou as políticas voltadas para espaço agrário brasileiro.

É importante ressaltar que nesse período, o Estado brasileiro buscou soluções para as desigualdades existentes no campo brasileiro “via redistribuição de ativos em detrimento de políticas agrárias e agrícolas, que pudessem alterar as estruturas produtivas, contudo,

mantendo a propriedade privada, e sem transformar a realidade social” (LUSTOSA, 2012, p. 255).

Até então, as discussões no âmbito do governo se estabeleciam em torno das seguintes decisões: dever-se-ia investir mais em infraestrutura e apoiar mais o grande proprietário da terra ou o maior número de pequenos produtores rurais. “Esse debate teve a ver diretamente com a política econômica adotada pelo governo federal, isto é, se vai priorizar o mercado externo, através dos incentivos para os produtos exportáveis ou se vai incentivar o mercado doméstico”, a partir de políticas que valorizassem a produção de produtos de subsistência (COUTO, 2006, p. 34).

Na tentativa de dirimir essas questões, o Estado cria o PRONAF, que surge como um programa de crédito por especialização. Falamos especialização tendo em vista a formatação desse programa, que se estrutura por linhas de crédito diferenciadas pelo grau de exploração, inserção ao mercado e especialização do produtor rural.

As linhas de crédito vão do segmento A ao E, possuindo enquadramento pré-estabelecidos, pelas instituições sindicais e pelos escritórios de assistência técnica credenciados. Vale frisar, que o PRONAF-A, que é a linha de crédito correspondente ao grupo ao qual esta pesquisa se direciona, é composto por produtores rurais sem terra ou Assentados pela Reforma Agrária. É um grupo economicamente frágil do ponto de vista do capital financeiro, por terem produção quase inteiramente destinada ao consumo familiar e não oferecerem garantias reais aos financiamentos contraídos.

Ainda na compreensão do programa como política de crédito por especialização, não poderíamos deixar de mencionar que as ações do programa se dirigem a um determinado sujeito específico, o agricultor familiar. Sobre tal sujeito, existe uma enorme discussão nos meios acadêmico, político e institucional; quanto ao seu papel, função e representatividade no contexto atual das políticas e programas destinados ao desenvolvimento do rural no Brasil.

O Estado lança mão desse conceito de agricultor familiar e dos “fundamentos teóricos próprios do pensamento conservador como a categoria “família” eleita como um parâmetro social, para consolidar um novo padrão de sociabilidade”, onde a pequena agricultura teria que se enquadrar a estrutura mercantilizada de produção e do uso da terra para fins de prover a acumulação capitalista. (LUSTOSA, 2012, p. 255)

Contudo, apesar de toda intencionalidade política existente no conceito da categoria agricultor familiar, que em muitas das vezes é concebida de forma dissociada do conceito de camponês, entendemos que essas diferenças só se dão essencialmente no campo acadêmico e no referencial teórico trazido pelos programas e políticas de Estado, pois na prática a agricultura camponesa é eminentemente familiar.

Optamos pelo conceito de agricultura camponesa de base familiar, partindo do entendimento de que todo camponês organiza sua produção para sua unidade familiar, ou

seja, é o agricultor que ao mesmo tempo em que é proprietário dos meios de produção é executor das atividades produtivas em sua unidade familiar.

Para tanto, os debates sobre a tentativa de afirmação da categoria agricultor familiar e seu enquadramento político e jurídico, desvia o foco das atenções aos reais objetivos a serem alcançados, segundo jogo de forças estabelecidas pelo Banco Mundial (BM) para este setor da agricultura, que tem como propósito transformar o rural brasileiro sob a perspectiva da economia de mercado mundial, onde tais transformações tão somente atendem aos interesses hegemônicos que correspondem à classe minoritária do capitalismo.

Em Tolentino (2013), o autor comenta sobre as transformações ocorridas no campo brasileiro sob a perceptiva do desenvolvimento do capitalismo, entendendo a criação do PRONAF a partir do conjunto de políticas aliadas aos interesses hegemônicos do capital:

(...) o PRONAF se constitui em uma resposta do governo (...) aos movimentos sociais. No entanto, a nosso ver essa resposta foi dada de duas maneiras. Por um lado, é dada à CONTAG e ao DNTR-CUT quando, de fato, o governo negocia e elabora a nova linha especial de crédito, embora seguindo os preceitos do Banco Mundial (BM). Por outro lado, a resposta (ou seria a reação?) também é dada a outros movimentos com ações mais radicais, hoje ligados à Via Campesina, como o MST e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Para estes últimos, a resposta é até certo ponto contrária às suas reivindicações. Isso ocorre porque o PRONAF, apesar de trazer para o centro de suas preocupações a agora “badalada” “agricultura familiar”, é uma política que não trata de questões essenciais, como a profunda desigualdade no campo brasileiro. Fazendo isso, o PRONAF não se propõe a contribuir para o enfrentamento dessa contradição, essencial para a superação da problemática agrária. A questão agrária passa a ser entendida como simplesmente um problema de desenvolvimento (TOLENTINO, 2013, p. 26).

Embora o PRONAF tenha sido instituído em correspondências aos pedidos dos movimentos sociais, dada a carência e o desprezo que existiam no setor da pequena produção agrícola desse país em detrimento ao setor agrícola patronal, o programa se desenvolve no interior do conjunto de políticas de Estado para o “novo rural” brasileiro.

Vale a pena ressaltar que, como estamos inseridos em um Estado capitalista, todas as contradições inerentes a este modo de produção estão conseqüentemente presentes nas ações políticas e institucionais que originaram o programa. Nesse sentido, a gestão e execução dele, se dão atreladas às instituições do capital financeiro internacional, capitaneadas pelas ações do Banco Mundial e do FMI (Fundo Monetário Internacional) e chanceladas pelo Estado brasileiro, que por sua vez necessita superar antigas estruturas do rural em favorecimento da “nova agricultura”.

A questão agrária brasileira era compreendida como um obstáculo a ser superado pelas ações do Estado a partir do conjunto de programas e políticas, cuja “intenção” reproduz o modo de produção no qual ele é concebido. Inseridos nesse contexto, importantes intelectuais como Ricardo Abramovay, Maria Nazareth Vanderlei e Eli da Veiga, intensificaram seus esforços no sentido de atribuir como solução para a agricultura de pequena produção, a sua inserção ao mercado, ou seja, integração ao capital para assim continuar produzindo e existindo.

Na atualidade, não podemos compreender e ler um rural brasileiro, bem como as políticas e programas existentes na esfera agrária sem efetuarmos a análise inerente ao processo de articulação que existe entre capital- estado- sociedade. Contudo, a discussão sobre a questão agrária atual considera novos elementos que contribuem para a estruturação do debate, de forma que destacamos o neoliberalismo e a globalização, como as estruturas desenvolvimentistas que direcionam as ações do Estado voltadas à agricultura brasileira.

Gómez (2006, p. 192-193) afirma a necessidade de “realizar uma re-leitura do desenvolvimento do capitalismo. Re-leitura esta, iniciada pelo modelo de desenvolvimento imposto pela política neoliberal”, que no seu discurso de desenvolvimento traz implicitamente os mecanismos de dominação, de poder do capital sobre o espaço, o território e a sociedade.

Assim, necessariamente explicamos o fato de estarmos trazendo tal abordagem por compreender que foi neste contexto teórico que o PRONAF se institui como programa de grande respaldo na agenda política do governo federal, tendo sua origem a partir das políticas de desenvolvimento dependente de cunho neoliberal.

Nesse contexto do neoliberalismo, contraditoriamente, o Estado não deixa de participar dos jogos de interesses, nem se torna parcial, pelo contrário, ele pactua uma robusta aliança com o mercado, e executa seus direcionamentos e intencionalidades a partir dessa perspectiva, se caracterizado assim um Estado Máximo, pois nesse interfere não só nas políticas, mas também nas relações estabelecidas entre o mercado e o produtor, aumentando o grau de dependência.

Na atualidade, o neoliberalismo é caracterizado pela formação de mercados desiguais, concentração econômica e predominância de grandes empresas transnacionais. Por isso, em relação ao desenvolvimento rural, as políticas neoliberais estimuladas pelo Banco Mundial para Reforma Agrária “têm sido elaboradas no sentido de solucionar a questão da terra através da propriedade privada, da reforma agrária de Estado e para o mercado” sendo o principal vetor condutor dessas políticas, a concessão do crédito (GIRARD, 2008, p. 110).

Assim, podemos perceber que há um jogo de interesses que configura a afirmação que o Estado tem um papel decisivo e um poder simbólico para direcionar os caminhos do desenvolvimento político e econômico da sociedade na contemporaneidade. Percepção

definida por Bourdieu (2011): o “Estado tem um poder quase criador”. Afinal, é ele quem define o que é oficial ou não. E, no caso do Brasil, é dele que partem as políticas de crédito e a gestão as quais configuram os espaços urbano e rural. Deste modo, o PRONAF se institucionaliza sob um modelo de desenvolvimento político e econômico de Estado, reproduzindo no espaço rural brasileiro o impositivo do modelo de desenvolvimento capitalista como Tolentino (2013) comenta:

O modelo de desenvolvimento, tal como proposto sob o capitalismo, pressupõe uma estrutura originada nos países dominantes que pode ser compreendida como veiculadora de representações que pressupõem uma dominação. Foram esses modelos, que para continuar a reproduzir o capital, tiveram de “ir ao mundo”, como uma norma que, ao mesmo tempo em que é impositiva, só se faz a partir do convencimento. Modelos de desenvolvimento são, na nossa compreensão, não apenas a forma como o capitalismo opera estruturalmente nos níveis econômicos e político, mais portam também representações que o justificam. Enfim, os modelos de desenvolvimento hegemônicos guardam as formas ideológicas pelas quais o capital tenta nos convencer que é o melhor caminho (TOLENTINO, 2013, p. 57).

Contudo, na tentativa de compreender o modelo de desenvolvimento que fundamentou as políticas governamentais que deram origem aos programas de reestruturação rural (como o PRONAF), face às novas exigências de mercado, observa-se que “no último quarto do século XX, passamos de uma ordem internacional do Estado-providência e da emergência do neoliberalismo para uma reestruturação em nível global”, que foi compreendida a partir do novo desenho da economia mundial e dos setores produtivos, que tiveram que se adequar aos interesses da reprodução capitalista. (BENKO, 2001).

Efetamos o registro das transformações que ocorreram no modelo de desenvolvimento dos países centrais, modelo este exportado para os países periféricos, que resultou na mudança de direcionamento político e no modelo de desenvolvimento que estruturam as políticas no rural brasileiro.

A partir daí, é possível identificar que as políticas já não respondiam às crises estabelecidas entre capital e Estado, pois o capital se inseria, por meio de suas estratégias, na tentativa de reduzir o papel do Estado frente aos novos períodos de maior participação do mercado de forma flexível. É nesse momento que “o mercado volta a querer coordenar tudo, segundo os neoliberais, ao Estado resta utilizar o monopólio da violência para que tudo ocorra num ambiente ideal para o mercado” (TOLENTINO, 2013, p. 69).

Assim, nesse novo arranjo, estabelecido entre o Estado e o mercado, “as instituições que passam a nos governar se tornam cada vez mais supranacionais. O Estado nesse

contexto, não seria mais rígido, pois se assim fosse acabaria atrapalhando a aceleração do tempo de giro do capital” (ibdem, p. 72).

Um novo período produz e é produzido por um aprofundamento da globalização, e é caracterizado por novas conformações espaciais que pressupõem também novas conformações econômicas, políticas e culturais. Uma nova redefinição compreendida como as respostas encontradas pelo capitalismo para continuar a dar conta do processo de acumulação. De modo que, esse período pode ser denominado como desenvolvimento de acumulação flexível.

Segundo Harvey (2005), a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital corresponde a um novo ciclo de compreensão do tempo-espaço na organização do capitalismo. O modelo de desenvolvimento flexível trouxe em sua essência uma redefinição das escalas espaciais de operação do capital.

Foi nessa perspectiva que o PRONAF se desenhou e se estabeleceu como um programa de crédito para o setor da economia que necessitava, à luz do capitalismo, de uma redefinição e inserção da pequena produção camponesa à lógica produtivista, como um viés garantidor do processo de acumulação ampliada do capital.

Nessa lógica, o eixo político-econômico se direciona a escalas espaciais globais que garantem, no seu conjunto de estratégias, a reprodução do modelo de acumulação do capital em detrimento da subordinação dos processos produtivos e de circulação de parcelas da classe trabalhadora, sendo aqui abordados especificamente, os camponeses Assentados.

As transformações nos assentamentos rurais de Sapé a partir da ação territorial do PRONAF

Diante dos comentários precedentes, agora nos deteremos a compreender as estratégias de conformação do PRONAF como instrumento de crédito, e sua ação territorial nos assentamentos Rurais da Reforma Agrária em Sapé (PB). Para isso traremos os dados obtidos em pesquisa de campo realizada nos Assentamentos, bem como os dados colhidos na instituição bancária, que no município em análise refere-se ao Banco do Nordeste do Brasil S/A, agente de crédito que gerencia os recursos do PRONAF-A no município de Sapé, Paraíba.

Em análise dos dados colhidos na pesquisa de campo nos assentamentos, percebemos que as ações territoriais dos créditos do PRONAF, campeiam territórios contraditórios. À medida que os recursos do programa se apresentam como uma das poucas alternativas de acesso a recursos e investimentos nos lotes, gerando a reprodução do campesinato, também, conduzem os territórios dos assentamentos a um circuito reprodutivo subordinado ao capital financeiro.

Esse circuito do capital financeiro, estabelecido a partir das operações de crédito do PRONAF, não somente subordinam o território, mas conseqüentemente, também subordinam a força de trabalho existentes nos assentamentos, se apropriando da renda da terra e da renda trabalho e, por conseguinte reconfigurando o território, antes apropriado pelo campesinato, aos interesses capitalistas.

Chesnais (2003) situa o processo comentado como referente à mundialização financeira⁴, ou seja, à dominância do capital financeiro nas sociedades capitalistas e não necessariamente capitalistas, que tem como função evidente garantir a acumulação do capital, em condições tão regulares e seguras quando possíveis nesse processo de apropriação das rendas.

A inserção das atividades agrícolas dos Assentamentos nessa lógica monopolista do capital financeiro resulta em transformações conjunturais e estruturais. São transformações advindas com a implementação do PRONAF resulta na mutação do agricultor em produtor e do programa em produto. Assim, as instituições estatais e financeiras passam a exercer um controle formal sobre a produção e estabelecem a evolução da organização produtiva mediante inserção dos agricultores nas estruturas de mercado.

Foram transformações resultantes de um processo de sujeição que se efetua quando estão interligadas às metodologias instrumentalizadas pela orientação técnica, que pode ser do próprio agente financeiro ou terceirizado, caracterizando-se, assim, como um mecanismo de controle. As metodologias propõem, entre outros objetivos, estabelecer o tipo de cultura a ser financiada, a forma como os recursos serão liberados, o manejo e os tratos culturais e o volume de recursos a serem investidos, onde e em que parte do território deve ser alocado os recursos, etc.

Esse processo pode ser percebido na pesquisa campo. Quando indagamos os Assentados sobre a aquisição dos financiamentos: quem tomou a decisão de qual atividade/cultura iria ser financiada? Obtivemos resultados expostos no quadro 1:

Quadro 1: Indagação sobre quem tomou a decisão do que iria financiar

Resposta	Percentual (%)
Você individualmente	15%
Decisão coletiva tomada em reunião	25%
Decisão do técnico	35%
Decisão do banco	25%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados de pesquisa de campo realizada nos Assentamentos Rurais da Reforma Agrária em Sapé (PB)- 2014.

⁴ Cabe aqui deixarmos claro que nos amparamos desse termo sob a perspectiva do fenômeno e não como um processo.

A referida pesquisa revelou o lastro de controle e subordinação das atividades financiadas, conseqüentemente das atividades produtivas e do território, que se dão modeladas pelo aparelho institucional das agências técnicas de extensão rural e pelo agente financiador do crédito, o banco. Verificamos que é o agente de crédito quem define o que plantar, onde plantar, quando plantar e como plantar, suprimindo a tão divulgada autonomia produtiva defendida nas agendas públicas governamentais e institucionais aos interesses de mercado, que resultarão na acumulação capitalista.

Dessa maneira, a formatação do crédito provoca fissuras na produção da unidade familiar que ampliam o processo de subordinação às estruturas do capital. Isso podemos verificar na fala do Assentado João Barbosa de Melo do Assentamento de Santa Helena:

A gente num tinha experiência, num sabia como era. Chegou o dinheiro, e disseram que se agente quisesse que o dinheiro viesse tinha que tirar para gado (...) Porque disseram que só tinha e só podia ser assim. Pra isso mesmo.(...) Mas deu tudo errado. O dinheiro veio pra os fornecedor. Colocaram umas vaca a mil e duzentos, mil e quinhento, e elas num valia nem trezentos. Agente nem escolheu (...). As vacas vieram dos fornecedor direto pra gente. Umhas vacas doente, fraquinha. Uma até morreu, a outra tava doente aí mandei matar pra não perder tudo (...), Os recursos ficaram tudo nas mão dos fornecedores. A gente só ficou com a dívida.

Percebemos que as atividades e culturas financiadas e orientadas pela empresa prestadora de assistência técnica e pelo banco, são atividades atreladas às prospecções de negócios e conjugadas às possíveis cadeias produtivas ligadas aos setores industrial e comercial.

As atividades financiadas, a exemplo da bovinocultura e avicultura, foram incentivadas observando eminentemente sua capacidade de retorno em rendimentos, contudo, ou seja, a prospecção de negócios, sem observância aos interesses dos agricultores, e sem verificar as necessidades e operacionalidades por parte deles na atividade financiada.

E, justamente por se tratarem de atividades de um maior retorno, elas tinham proporcionalmente maiores riscos às quais que não poderiam ser assumidos pelo agricultor, dado seu nível de descapitalização, gerando conseqüentemente um processo de endividamento. Percebemos tal processo no depoimento do Assentado Assis Barbosa do Assentamento Rainha dos Anjos:

(...) Eu num queria tirar para investir em galinha não. Eu nem sabia trabalhar daquele jeito, criava galinha, pouca, solta mesmo. Fiz tudo do jeito que eles mandaram o galpão, o galinheiro. Comprei as ração, dei os remédio, mas num teve jeito.(...) Tá aí os elefante branco. Mas ruim mesmo era criar os pinto, adoecia, morria (...) E a ração era muito cara comecei a compra o saco por vinte e oito reais, quando deixei já tava em cinquenta reais (...). Disseram que era por que tinha cotação no dólar. Aí meu amigo, fazer o quê se eu num

tinha dinheiro para manter o negócio (...). E ainda tem que trabalhar pra pagar isso aí.

Na fala do agricultor, é possível inferir que o controle exercido pelo agente técnico, bem como pelo agente financeiro no processo produtivo, e conseqüentemente territorial, a partir da dependência técnica e financeira, e assim, subordinando não só a renda trabalho, mas também, a renda da terra ao processo de monopolização do capital.

É aparente inferirmos nas falas que, na execução desse tipo de empreendimento, vários elementos que deveriam ser observados como: a capacidade produtiva, as condições de trabalho, as competências e experiências, as relações com o mercado; são inteiramente desconsideradas desde a elaboração da proposta, passando pelo processo de liberação dos recursos (desembolso), até o processo de execução final do projeto.

Nesse ínterim, compreendemos que não é necessário haver a territorialização do capital para que seus tentáculos possam subordinar e controlar o processo produtivo e o território. Contudo, esse tipo de modelagem de financiamento que se propõem em transformar os territórios a partir de uma lógica produtivista sem, entretanto, promover a correspondência entre o produtor e os meios de produção torna-o inviável. E, similarmente, ratificamos a questão de que os mecanismos das operações de crédito servem de controle e se constituem como um processo de subordinação e imposição das regras capitalistas no território, o que em muitos dos casos contraria a lógica produtiva do agricultor e termina por dar inviabilidade a atividade financiada. Vejamos os depoimentos colhidos nas entrevistas durante a pesquisa:

Às vezes eu via que o projeto ai dá errado. Eu conheço essa terra, eu sei onde da certo cada coisa aqui, eu sei como aproveitar a terra, sei onde é o lugar onde dá batata, onde é o lugar da roça (...) Mas o técnico vem e diz é assim e pronto (...) se agente não seguir ai bloqueia tudo (Fala do Assentado João Balbino- Assentamento Santa Helena I).

Olhe, eu mudei o lugar de plantar o capim, de um terreno para o outro, pra ficar mais fácil pra mim dá de comer aos bicho, que coloquei eles naquele terreno que já tinha cerca, e plantei um capim no outro (...) só isso. Ai quando fui no banco o gerente disse que eu tinha desviado o dinheiro do gado, e que num podia nem neguciar, tinha que pagar. Como eu desviei? Eu botei o dinheiro tudo ali, mais trabalho e tudo. (Fala do Assentado José Belo-Assentamento Boa Vista).

Assim, conforme já verificamos em pesquisa, a organização da produção realizada nas unidades agrícolas obedecem a uma estrutura econômica interna própria, baseadas a partir de suas necessidades de manutenção da unidade de produção e consumo, em consonância a teoria de Chayanov (1981), referente ao equilíbrio trabalho versus consumo, já que sua maioria, 66% (sessenta e seis por cento) do público pesquisado, produz

primeiramente para o consumo interno, diferentemente dos objetivos propostos pelo crédito financiado pelo PRONAF, que seria a produção voltada para o mercado.

Nesse sentido, trazemos para a discussão a racionalidade do agricultor entre o pagamento da dívida e o endividamento. Na pesquisa verificamos que o sequencial produtivo de mercado (produção – circulação – acumulação), quando ocorre, vem posterior às necessidades de vida e reprodução da família, visto que no processo de produção, os camponeses primeiramente traçam táticas de reprodução visando à reprodução da família e não de uma empresa de sua propriedade individual, como foi percebido na pesquisa, quando indagamos sobre o destino da produção passada. Ver quadro 2.

Quadro 2: Indagação sobre destino da produção

Resposta	Percentual (%)
Toda para o consumo familiar	21%
Parte para o consumo familiar e parta para a venda	66%
Toda para a venda	13%

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados de pesquisa de campo realizada em 2014.

O quadro contradiz a visão mercadológica proposta pelo PRONAF a qual objetiva a prospecção de negócios e inserção ao mercado. Somente 13% (treze por cento) de toda a produção realizada pelo público pesquisado destinam-se inteiramente para a comercialização⁵. Em contrapartida ao percentual majoritário de 66% (sessenta e seis por cento) que produz primeiramente para o atendimento das necessidades e consumo familiar. Lógica esta diferente da assentada pelo PRONAF, que concebe os camponeses enquanto indivíduos–empresários e não enquanto famílias camponesas, que são igualmente unidades de produção e unidades de consumo.

No que se referem aos processos de desembolsos, os mesmos não acontecem de maneiras diferentes para cada finalidade estabelecida nas operações de crédito. Eles seguem os mesmos tramites referente ao cumprimento formal das exigências da aplicação do crédito, sejam eles, agrícola, comercial ou industrial. É o laudo técnico o instrumento credenciador das liberações de recursos, que por sua vez analisa exclusivamente o cumprimento das exigências técnicas para dar continuidade às liberações.

As liberações dos recursos não observam, por exemplo, o calendário agrícola, os condicionantes naturais, o calendário da sazonalidade da força de trabalho, elementos esses que se fossem observados, poderiam dar mais eficiência a aplicação dos recursos, a implantação do projeto, e conseqüentemente, o retorno/pagamento do financiamento. Contudo, verificamos que as liberações dos recursos de implantação das lavouras e os de

⁵ Esse percentual refere-se a quatro agricultores, que possuem terras arrendadas e produzem cana de açúcar para as usinas.

implantação das inversões de investimento, revelam-se de modo articulado entre o capital financeiro, o capital industrial e o comercial.

Para que as liberações sigam integralmente o produtor precisa cumprir todas as orientações técnicas. Dentre tais orientações, lembramos-nos da compra de sementes, geralmente híbridas, tendo em vista sua capacidade de resistência a pragas e as aplicações dos agrotóxicos, dos pesticidas e dos fungicidas que estão constantes nas inversões ora financiadas, caracterizando assim, o processo de subordinação, como podemos ver no depoimento da Assentada Marizete Arthur de Carvalho (Assentamento Santa Helena):

Eu tinha guardado as maniva do último roçado que eu tinha botado. Tava com o quarto todo cheio. Aí eu pensava que podia usar. Eu num já tinha! Eu podia até adiantar meu roçado. (...) Veio o técnico do banco e disse pode parar. “Você vai ter que comprar semente nova, que vem no projeto. Tem que apresenta o recibo pra gente liberar” (...) Eu falei que dizer que eu vô perder tudo isso aqui? Num teve jeito visse. Se eu num aceitasse, o dinheiro num saia (...) tive que botar as maniva tudo pros bicho comer, pra não perder de vez. Foi do mesmo jeito quando eu tirei pra inhame, e para milho e feijão (...)

Nessa acepção, o agente de crédito, mediante suas ações impositivas e de articulação aos grandes oligopólios do setor agrícola, controla não só o processo produtivo, bem como, o uso do território, subordinando assim toda a produção, e as relações desenvolvidas no território aos interesses do capital. Aqui, as distorções e contradições surgidas na operacionalização dessa modalidade de crédito, acabam levando aos altos índices de endividamento (constatamos que 93% dos assentados pesquisa estão endividados a partir das operações financeiras de custeio e investimento).

Diante da condição a qual estão submetidos os camponeses Assentados estudados, uma parcela significativa de 43,33% nos relatou o desinteresse em pagar os créditos contraídos, visto as distorções ocorridas no processo de formalização e de liberação dos recursos do PRONAF, visto que dentre os camponeses estudados, quase tudo se faz a partir da lógica das necessidades, da previdência, e não a partir de uma profissionalização do campesinato, como o PRONAF busca incentivar, e de providências por parte do setor público, ou seja, o endividamento seria um resultado e não uma consequência.

Assim, ao efetuar as devidas sondagens nos discursos acima, verificamos o capitalismo, a partir das ações dos programas e políticas, entre eles, principalmente os direcionados ao crédito dirigido, a exemplo o PRONAF que é organizado e redefinido dentre o processo de trabalho, do uso do solo das sociedades não necessariamente capitalistas.

Para tanto, o capital consegue “coagir o trabalhador a ceder duplamente, sujeitando sua produção ao capital monopolista, que controla não só os meios de produção, mas o próprio trabalho, na tentativa de transformar tudo em renda capitalizada” (MARTINS, 1979, p.

15). E, no caso específico da ação do PRONAF, o capital tem atuado contraditoriamente, em criar e recriar as condições para o desenvolvimento da agricultura camponesa de base familiar, contudo, sujeitando o trabalho e a renda da terra ao capital.

Assim, as ações compreendidas pelos camponeses como alternativas e estratégias para viabilizar sua produção, ou dirimir seus possíveis prejuízos, contraditoriamente, são concebidas pelo agente de crédito como desvios, ou atitudes irregulares diante das concepções do controle capitalista nesse setor da produção agrícola. O que torna o financiamento antecipadamente vencido, aumentando o saldo devedor e a subordinação da produção ao capital.

A propósito, a prática do PRONAF estabelece-se como uma tática do Estado capitalista brasileiro em amortizar as tensões existentes no campo entre os agricultores com pouca, ou sem nenhuma terra, a grande exploração capitalista e o agronegócio, através do incentivo do crédito. Essa jogada política, na verdade, libera o agronegócio de algumas responsabilidades sociais, como a produção de alimentos, o deixando livremente para a exploração da terra e do trabalho, e coloca sob a responsabilidade dos pequenos produtores a produção de base alimentar.

Por ser um programa resultante da ação de um Estado capitalista, e, ainda, frisar que a maioria das ações e direcionamentos finais podem verter-se à promoção do capital e não dos pequenos agricultores, público-alvo de base familiar, não nos causa estranheza de compreensão. Reconhecemos que o programa promove a reprodução camponesa, porém, de forma subordinada aos pactos estabelecidos e mantidos entre o Estado e os diversos ramos do capital, visto que, toda estrutura organizacional do programa na verdade, está vertida para a acumulação e reprodução capitalista.

Considerações finais

Este estudo, baseado na pesquisa de campo e nas reflexões acerca do processo de monopolização do território pelo capital financeiro, permite-nos algumas considerações. Nessa pesquisa, objetivamos a compreensão da ação territorial do PRONAF e as contradições existentes no processo de formatação e aplicação dos recursos, que trazem tanto resultados positivos, quanto implicações, no que tange aos processos de subordinação e endividamento dos camponeses assentados.

Cabe ressaltarmos que não foi nossa intenção fomentarmos um discurso positivo sobre o PRONAF, visto que o programa é uma das poucas políticas de crédito direcionadas aos camponeses assentados. Entretanto, devemos ter a responsabilidade de colocarmos nesse estudo algumas contradições existentes no seu processo de formatação e execução, pois devemos isso aos camponeses assentados.

A pesquisa nos revelou que o processo de monopolização territorial nos assentamentos também ocorre concomitantemente ao capital financeiro, a partir da implementação do PRONAF. Assim, as ações estabelecidas a partir desse programa, são atreladas aos diversos ramos do capital, que se apropriam da fragilidade estrutural dos assentamentos, do ponto de vista da produção e das relações de trabalho, subordinando aos interesses e à lógica de dominação capitalista via concessão de crédito.

Desse modo, o PRONAF a partir dos seus condicionantes técnicos projeta os camponeses em um plano econômico, no qual a recriação se dá mediada pelo atendimento de suas propostas de capitalização, mercantilização e dependência, que muitas vezes são contrárias às reais necessidades e habilidades dos assentados, visto que a terra em pequena proporção em muitas das vezes, serve primeiramente, para a manutenção da unidade de consumo.

Conforme verificado na pesquisa, essa contradição de racionalidades e perspectivas de produção representam 40% (quarenta por cento) dos casos de insucesso no empreendimento financiado, o que conseqüentemente induz a um elevado nível de endividamento das famílias assentadas na proporção de 93% (noventa e três por cento).

O PRONAF é compreendido como uma das estratégias de reprodução e acumulação do capital que se estrutura a partir da elaboração da proposta, da liberação e do reembolso do crédito, que controla o território, a produção e o trabalho em atendimento aos interesses de acumulação do capital na perspectiva de mercado. Essa perspectiva guarda distância com a racionalidade camponesa, onde a produção e o trabalho são pautados pela necessidade de consumo e reprodução material do grupo familiar.

Diante do exposto e tomando como base os resultados da pesquisa foi possível aferir que a dialética existente no processo de produção, incentivada pelo PRONAF, bem como os usos que fazem os camponeses desses recursos, tanto suscitam o incremento no processo de reprodução material e do autoconsumo, como também, garantem o processo de reprodução do capital, uma vez que, mesmo subordinadas, constituem-se como estratégias de reprodução material e se assinalam como possibilidades de permanência e sobrevivência do homem do campo.

E é nessa lógica, desigual e contraditória, que o campesinato, apesar de subordinado ao capitalismo, consegue se reproduzir em sua própria diferença, a partir do conjunto de estratégias, que vão desde resistir, avançar, recuar e se redesenhar como tecido social que se reconstrói a partir da sua própria essência, a essência do ser camponês.

Referências

ABRAMOVAY, R. VEIGA, Eli da. Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). In: **Instituto de**

Pesquisa Econômica Aplicada. Texto para discussão nº 641. Convênio FIPE/IPEA 07/97. Brasília. Abril, 1999.

BENKO, H. A recomposição dos espaços. **INTERAÇÕES** – Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 1, Nº 2, p. 7-12. Campo Grande, 2001.

CHAYNOV, Alexander V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas.** In: SILVA, José Graziano da Silva. A questão agrária. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981

CHESNAIS F. et al. **Uma nova fase do capitalismo?** Artigo: A 'nova economia': uma conjuntura própria à potencia econômica estadunidense. São Paulo: Xamã, 2003.

CORREIA, Silvana Cristina Costa. **Resistência e formas de (re) criação camponesa no semiárido paraibano.** João Pessoa, 2011. (Dissertação de Mestrado)- Universidade Federal da Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Geografia, João Pessoa.

COUTO, Alberto Ilha. **Endividamento dos agricultores assentados pela reforma agrária no Estado da Paraíba no período 1990 a 2004.** João Pessoa: [s.n], 2006. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.

GIRARD, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira-** Presidente Prudente: [s.n], 2008. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.** São Paulo: Loyola, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space.** Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

_____. **Espaço e Política;** tradução: Margarida Maria de Andrade e Sergio Martins. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEMOS, Francisco de Assis Lemos. **Nordeste, o Vietinã que não houve. Ligas camponesas e o golpe de 64.** Londrina/PR: editora da UEL, 1996.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. **Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza.** São Paulo: Cortez, 2012.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital.** São Paulo: Editora Abril Cultural, 1985.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

MAIA, Sabiniano. **Sapé sua História suas memórias 1883-1985.** João Pessoa: UNIGRAF, 1985.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra.** São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil.** 2ª Edição- Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Território e Migração:** discussão conceitual na Geografia. São Paulo: USP (mimeo), 1999.

_____. **Agricultura brasileira transformações recentes**. Apud. ROSS, Jurandyr L. Sanches (org.). Geografia do Brasil. 3. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

PAULINO, Eliana Tomiasi. **Geografia Agrária e Questão Agrária**. In.: FERNANDES, Bernardo M; MARQUES, Marta Inez M; SUZUKI, Júlio César (Org). Geografia Agrária teoria e poder. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PEREIRA, Antonio Alberto. **Além das Cercas. Um olhar educativo sobre a reforma agrária**. João Pessoa: Editora Idéia, 2005

PRONAF. **Decreto nº 1946 de 28 de junho de 1996** (cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF e dá outras providências). Brasília: 1996.

QUANI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ed.Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TOLENTINO, Michell Leonard Duarte de Lima. **O (Des) envolvimento do PRONAF: as contradições entre as representações hegemônicas e os usos dos camponeses**. 2013. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo.

Sobre os autores

Rômulo Luiz Silva Panta – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (2007); Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (2015). Atualmente é professor efetivo da rede pública da Prefeitura Municipal de João Pessoa, Paraíba; **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-5600-640X>

Ivan Targino Moreira – Graduação em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (1974); Graduação em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (1974); Mestrado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (1978); Doutorado em Economia pela Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne (1982); Pós-doutorado em Economia pela Université Paris 1 Pantheon-Sorbonne (2004); Professor Titular da Universidade Federal da Paraíba; **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-2948-2926>

Como citar este artigo

PANTA, Rômulo Luiz Silva; MOREIRA, Ivan Targino. O processo de monopolização do território pelo capital financeiro nos assentamentos rurais da reforma agrária em Sapé-PB. **Revista NERA**, v. 21, n. 44, p. 90-115, set.-dez. 2018.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Rômulo Luiz Silva Panta** ficou

especialmente responsável pela revisão bibliográfica do desenvolvimento teórico-conceitual; o segundo autor, **Ivan Targino Moreira**, pela aquisição de dados, revisão, diagramação dos dados e interpretação das análises.

Recebido para publicação em 02 de setembro de 2017.

Devolvido para a revisão em 27 de fevereiro de 2018.

Aceito para a publicação em 30 de março de 2018.
